

MUDANÇA E PERMANÊNCIA NO URBANISMO E NA ARQUITETURA: O RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Sonia Gomes Pereira
Professora do Mestrado em História da Arte
Escola de Belas Artes
UFRJ

A vinda da Corte Portuguesa e sobretudo a Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, puseram fim ao pacto colonial que garantia a política mercantilista de monopólio de Portugal sobre o mercado brasileiro e inaugurou a prática do livre-cambismo, de vital necessidade para a expansão da Revolução Industrial. O Brasil passou, então, a ficar integrado ao mercado internacional, desde logo instalando a hegemonia inglesa e traçando o papel do Brasil na economia mundial, dominada pela lógica capitalista: exportador de matérias-primas e produtos agrícolas e importador de produtos industrializados.⁽¹⁾

A independência de 1822 sacramentou a ruptura com o estatuto colonial, dando origem a um estado politicamente autônomo, mas no plano econômico houve apenas uma rearticulação da dependência. Ao contrário do que se poderia esperar, as classes dirigentes locais do antigo regime mantiveram-se no poder, ligadas agora diretamente aos países industrializados, especialmente à Inglaterra. A emancipação serviu apenas para remover as restrições à liberdade de comércio e à autonomia administrativa. A formação social brasileira continuou determinada pelas relações de produção escravistas, cada vez

(1) CARVALHO, Lia de Aquino. "Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886/1906". In: *A era das demolições e habitações populares*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1986, p. 129. BENCHIMOL, Jayme Larry. Perei-

ra Passos. *Um Haussmann tropical: as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1982. P. 7-8 e 10.

mais apoiada na monocultura agroexportadora do café e sempre preservando um caráter essencialmente mercantil (2).

O Crescimento do Rio de Janeiro

Durante todo o século o Rio de Janeiro desempenhou um papel preponderante, não apenas como centro das decisões políticas, mas também por ser o principal porto exportador e importador do país, o centro de redistribuição da economia rural e o principal mercado consumidor de produtos importados. Toda essa atividade comercial desencadeou, logicamente, uma enorme atração pela vida na cidade.

A população cresceu de maneira significativa neste período: em 1808 contava com 60.000 habitantes; em 1817, 110.000; em 1821, 112.000; em 1835, 137.000,⁽⁴⁾ até apresentar no recenseamento de 1849, feito por Haddock Lobo, 226.196 habitantes, sendo 60.290 nas paróquias rurais e 205.906 nas oito paróquias urbanas⁽³⁾. Na população urbana, 51,2% correspondiam à população livre (127.051 habitantes) e 48,8% à população escrava (78.855 habitantes), enquanto na população rural 52,2% correspondiam à população escrava (31.477 habitantes) e 47,8% à população livre (28.813 habitantes).⁽⁴⁾ Na zona urbana, portanto, a população livre é ligeiramente superior à população escrava, enquanto na zona rural a situ-

ação se inverte.

A Diferenciação social nas freguesias urbanas

A partir da primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, ao contrário do que havia acontecido no período colonial, começa a se organizar segundo uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais.

Maurício de Abreu afirma que em torno dos anos 20 já se podia notar uma tênue diferenciação social entre as cinco freguesias urbanas: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana. As freguesias da Candelária e São José abrigavam as instituições mais importantes da cidade e tinham se convertido em residência preferencial das classes dominantes. As demais classes, precisando estar próximas ao centro, onde estava concentrado o mercado de trabalho, aglomeravam-se cada vez mais nas freguesias de Sacramento e especialmente Santa Rita e Santana.⁽⁵⁾

A diferenciação social nas freguesias rurais

Também nas freguesias rurais começava a se delinear uma diferenciação social. As freguesias muito distantes permaneci-

(2) BENCHIMOL, J. L. (1982) p. 8.

(3) ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar/IPLANRIO, 1988, P. 39. CAR-

VALHO, L. A. (1986) p. 134.

(4) BENCHIMOL, J. L. (1982) p. 144.

(5) ABREU, M. A. (1988) pp. 35-37.

am rurais, produzindo essencialmente para suprir o abastecimento da cidade. As freguesias mais próximas iniciaram nesta época um processo crescente de retalhamento das antigas fazendas em chácaras, usadas pelas classes mais abastadas inicialmente apenas para lazer, mas gradualmente passando a serem usadas como residência permanente, seguindo o exemplo da própria família real, que se estabeleceu na Quinta da Boa Vista em São Cristóvão.⁽⁶⁾ A valorização da natureza e da vida no campo, em oposição à cidade, é um fenómeno iniciado com o Romantismo, sobretudo ligado à moda do pitoresco, como descrevem Pevsner e Loyer.⁽⁷⁾ No século XIX, no entanto, adquire a conotação de signo de qualificação social, num processo semelhante ao apontado por Baudrillard:⁽⁸⁾ ter propriedade no campo ou morar em arrabaldes semi-rurais representa um privilégio exclusivo das classes abonadas, que podem arcar com o ônus das grandes dificuldades de mobilidade da época.

Os vetores de extensão urbana

Surgem, assim, dois grandes vetores de expansão da cidade. Um no sentido norte, em direção à Freguesia do Engenho Velho, mais especificamente o arrabalde de São Cristóvão, que, pelo fato de abrigar a

residência real, passou a atrair famílias endinheiradas, depois que o acesso ao bairro foi garantido pelo aterro de parte do Mangue de São Diogo. Após a chegada da Corte, a Câmara Municipal mandou aterr-lo para a abertura do Caminho do Aterrado ou das Lanternas (que mais tarde passou a chamar-se Rua Senador Eusébio e hoje constitui o lado par da Avenida Presidente Vargas), prolongando a Rua Nova de São Pedro, desde o Campo de Santana até a Ponte dos Marinheiros, nas imediações da Praça da Bandeira e promovendo a ligação entre o centro da cidade e a Quinta da Boa Vista. Resolvido o problema de acessibilidade, o bairro rapidamente cresceu, especialmente em moradias aristocráticas, fenómeno que se estendeu, embora em grau mais modesto, até a Ponta do Caju.⁽⁹⁾ O seu crescimento foi tão acentuado que justificou a criação da Freguesia de São Cristóvão, em 1856, desmembrada do Engenho Velho.⁽¹⁰⁾

O outro vetor de expansão dirigiu-se para o sul, partindo da Lapa em direção a Botafogo, na Freguesia da Lagoa, criada em 1809, como desmembramento da de São José. Os bairros da Glória e do Catete cresceram tanto que em 1834 criou-se a Freguesia da Glória, desmembrada ainda da de São José.⁽¹¹⁾ Também Botafogo cresceu muito, progressivamente rivalizando com São Cristóvão como opção de moradia das elites.

(6) ABREU, M. A. (1988) p. 41.

(7) PEVSNER, Nikolaus. *Perspectiva da arquitetura europeia*. Lisboa, Ulisséia, s. d., pp. 293-294. LOYER, François. "Ornement et caractère". In: *Le siècle de l'Eclectisme: Lille - 1830/1930*. Paris/Bru-xelas, Archives d'Architecture Moderne, 1979, 79-82 e 85-86.

(8) BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 11-55.

(9) BENCHIMOL, J. L. (1982) p. 15. ABREU, M. A. (1988) p. 37.

(10) BENCHIMOL, J. L. (1982) p. 37.

(11) BENCHIMOL, J. L. (1982) p. 41.

Ao longo deste período, portanto, as classes de renda mais alta - as únicas com poder de mobilidade - foram-se deslocando do antigo centro da cidade e se instalando nesses bairros seletos, cada vez mais valorizados pela intervenção do poder público, que os privilegiava com a abertura e a conservação de caminhos de acesso e a abertura de linhas de transporte coletivo. Mas, entre os dois vetores de expansão da cidade, nesta primeira metade do século XIX, o que predomina é o voltado para a zona norte.

A mudança na configuração da centralidade urbana

Na Freguesia de Santana, ocorreu um fenômeno importante na primeira metade do século XIX: a progressiva valorização do Campo de Santana, depois Campo da Aclamação e posteriormente Praça da República.

No início do século XIX, o Campo de Santana tinha o chão de terra, com vegetação rasteira, poucas casas, as igrejas de Santana e de São Jorge, além do Chafariz das Lavadeiras, que aí foi instalado em 1808.⁽¹²⁾ Em 1818, o Campo de Santana aparece numa gravura de Frühbeck, com as igrejas de Santana (demolida para dar lugar em 1858 à estação terminal da Estrada de Ferro D. Pedro II) e São

Jorge (ainda hoje existente, na esquina com a Rua da Alfândega), e o Quartel que se começara a construir desde 1811 (reformado sucessivamente em 1819 e 1899, foi reconstruído em 1909 e finalmente substituído em 1941 pelo atual Palácio Duque de Caxias, então sede do Ministério da Guerra, hoje I Comando do Exército). Dentro do espaço da praça, aparecem o Palacete do Campo (construído em 1813 por ocasião da coroação de D. João VI e que servirá em 1822 para a aclamação de D. Pedro I e em 1824 para o juramento à Constituição, sendo destruído em 1841 num incêndio por ocasião dos preparativos para os festejos da sagração e coroação de D. Pedro II; o jardim ao lado do Palacete, construído pelo intendente Paulo Viana, foi mandado demolir por D. Pedro I), além da arena (projetada por Grandjean de Montigny para a realização de touradas, cavalhadas, danças e jogos, já estava sendo construída em 1817 para as comemorações do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina)⁽¹³⁾.

Começava-se, portanto, a usar o Campo para manobras militares e comemorações festivas, aproveitando a sua maior amplitude em relação à então praça central da cidade, o Largo do Carmo ou Largo do Paço, hoje Praça XV de Novembro.

Evidenciando a importância na época deste vetor norte de expansão urbana e a importância crescente do Campo de

(12) SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro, Instituto de Arquitetos do Brasil, 1981, pp. 38 e 48.

(13) SISSON, Rachel. "Marcos históricos e configurações espaciais - um estudo de caso: os centros do Rio de Janeiro". In: *Arquitetura Revista*. Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, 1986, pp. 62-63.

Santana na vida da cidade, vê-se aí a instalação de várias repartições públicas. Ainda no tempo de D. João VI, foi aprovada a edificação tão necessária do Senado da Câmara, depois Câmara Municipal, entre as Ruas do Sabão e São Pedro: terminado em 1825, foi projetado por José Antônio Monteiro, discípulo de Grandjean de Montigny, e abrigou, além da Câmara, outras repartições municipais, além do Tribunal do Júri da Corte e o Supremo Tribunal de Justiça, até ser demolido em 1873 (para dar lugar à construção de um novo prédio, inaugurado em 1882, projetado pelo engenheiro José de Souza Monteiro, aí funcionando várias repartições; reformado em 1894 e em 1897, ampliado em 1904, serviu como sede do Governo Municipal até 1944, quando foi demolido para a abertura da Avenida Presidente Vargas).⁽¹⁴⁾ Ainda no tempo de D. João VI, e também no mesmo lado do Campo de Santana, na esquina da Rua dos Ciganos, instalou-se o Museu Real, mais tarde Museu Nacional; transferido o museu em 1902 para a Quinta da Boa Vista, o prédio foi reformado, passando a abrigar de 1906 a 1982 o Arquivo Nacional.⁽¹⁵⁾ No lado ocidental do Campo, na esquina do Rua do Areal, foi adquirido em 1825 o solar do Conde dos Arcos para abrigar o Senado (que aí permaneceu por 100 anos, até mudar-se para o Palácio Monroe no início do século XX).⁽¹⁶⁾

Na primeira metade do século XIX, portanto, já estavam concentradas em torno do Campo de Santana algumas das mais significativas edificações públicas, transformando-o num verdadeiro centro administrativo da cidade e rivalizando com o centro oficial da cidade, o já saturado Largo do Carmo.⁽¹⁷⁾

A importância do Campo de Santana e a intenção de transformá-lo no centro da cidade já estavam expressas no projeto de 1827, de Grandjean de Montigny, que nunca chegou a ser realizado.⁽¹⁸⁾ Previa a construção de uma praça com prédios de fachadas uniformes, um palacete imperial de um dos lados, um arco do triunfo fechando a perspectiva principal, charizes e a estátua equestre do imperador no centro, além da futura catedral de São Pedro de Alcântara. Imaginado como um verdadeiro fórum, destinava-se à realização de eventos políticos, paradas militares, procissões religiosas, festas populares, assim como para o simples passeio e lazer. Era, portanto, um exemplo típico do urbanismo clássico francês, em que toda a vida da cidade e dos cidadãos se desenvolve em torno da imagem centralizadora do monarca.

A proeminência deste vetor norte de expansão urbana do Rio de Janeiro nesta primeira metade do século XIX pode ser demonstrada por um outro projeto de

(14) SISSON, R. (1986), pp. 64-65 e 68.

(15) SISSON, R. (1986) pp. 12 e 14.

(16) SISSON, R. (1986) p. 67.

(17) SISSON, R. (1986) p. 69.

(18) Projetos no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, inventário n. 6393, e Museu D. João VI n. 2978. COUSTET, Robert. "Grandjean de Montigny, urbanista". In Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PUC, 1979, figs. 29 e 30.

Grandjean de Montigny de 1848, também não realizado, para o prédio do Senado no Largo do Rocio ou Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, com jardins e duas ruas simétricas, sendo uma delas uma larga artéria que, cortando o morro de Santo Antônio, ligaria o Rocio à praia de Santa Luzia.⁽¹⁹⁾ Se este projeto tivesse sido implantado, o Rocio ter-se-ia transformado no coração da cidade, ligado por uma rede de vias aos demais núcleos então relevantes: o Largo do Carmo e o porto; o Campo de Santana e a ligação com São Cristóvão; a praia de Santa Luzia e a ligação com os bairros ao sul.⁽²⁰⁾

Expansão urbana e diferenciação arquitetônica

É interessante observar a relação entre a expansão urbana e a paisagem construída que lhe foi sendo acrescentada. Em mapa de 1808/1812 (FIG.1), a parte urbanizada da cidade já começa a ultrapassar o Campo de Santana e insinua-se além do Passeio Público. Nesta mesma época, a Câmara Municipal mandara aterrar parte do Mangal de São Diogo, surgindo a Cidade Nova, que teve, assim como o Campo de Santana, um crescimento significativo. Sua ocupação foi estimulada pelo Governo, concedendo-se aos prédios levantados em terras foreiras à Municipalidade uma isenção de impostos proporcional ao núme-

ro de pavimentos edificadas⁽²¹⁾. Pode-se observar que na malha urbana mais recente, além da Rua da Vala, depois Uruguaiana, a trama viária é freqüentemente interrompida por praças: Largo do Capim, antigo Campo da Forca; Largo de São Domingos; Largo de São Francisco de Paula; Largo da Lampadosa, depois Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes; Largo de São Francisco da Prainha; além do Campo de Santana. Na parte mais antiga, as praças são poucas: além do Largo do Carmo, há apenas o Largo de Santa Rita, o Largo do Moura e o Largo da Carioca. Para além dos Morros do Castelo e de Santo Antônio, surgem o Largo da Ajuda e o Largo da Lapa, ladeando o Passeio Público.

A partir, portanto, da segunda metade do século XVIII, houve já a preocupação de garantir esses espaços livres, melhorando a circulação e a aeração e sinalizando que, com a extensão do tecido urbano, a relação com o centro ia-se esgarçando, criando a necessidade de subcentros, com capacidade de polarização mais reduzida. Esses núcleos de importância secundária não surgiram aleatoriamente: derivam de marcos civis e sobretudo religiosos, como as ermidas, antes afastadas, mas agora integradas à cidade.

Outro aspecto importante a ressaltar na observação deste mapa é o número elevado de igrejas novas, praticamente todas pertencentes a irmandades religiosas,

(19) Projeto no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, inventário n. 6538. COUSTET, R. (1979), fig. 31.

(20) COUSTET, R. (1979) pp. 68-69.

(21) SISSON, R. (1986), p. 71.

que se vêm juntar às construídas nos séculos anteriores: a Capela dos Terceiros do Carmo, Nossa Senhora Mãe dos Homens, São Francisco da Penitência, São Francisco de Paula, São Gonçalo Garcia, Senhor dos Passos, Nossa Senhora da Conceição do Cônego, Santana, Santa Teresa, além do Seminário São Joaquim. Apesar, portanto, das administrações dos Vice-Reis e depois do Príncipe Regente terem investido a cidade de prédios civis de maior envergadura, as construções religiosas superam numérica e qualitativamente, dominando inequivocamente a paisagem urbana. As irmandades continuavam poderosas, mesmo com a presença da família real e sua corte. Ainda vai demorar para o Estado, na sua recente versão iluminista, conseguir desmontar a intrincada rede de poder e controle que elas exerciam sobre a sociedade.

É notável comparar a expansão da cidade, passadas quatro décadas, em um mapa de 1852. (FIG 2) A região da Cidade Nova desenvolveu-se bastante, graças à diminuição do Mangal de São Diogo, seguindo ao longo do recém-aberto Canal do Mangue e em torno do Largo do Rocio Pequeno, futuramente Praça XI de Junho. Outra região urbanizada foi o Morro da Saúde, agora já praticamente articulado ao Morro da Conceição e ao Campo de Santana. A região dos Alagadiços de Pedro Dias, já quase totalmente recuperados, começa também a se incorporar à trama viária em torno do Campo de Santana. Tam-

bém a ocupação da zona sul se esboça no avanço do arruamento além da Rua do Desterro ou de Santa Teresa. Não há dúvida, nesta época, que o vetor norte da cidade cresce de forma muito mais notória. Neste mapa de 1852, fica também evidenciada a extensão das atividades portuárias para o litoral até a Saúde: estão aí assinalados os Trapiches da Saúde e do Valongo e o Cais dos Mineiros.

Finalmente, pode-se observar ainda neste mapa de 1852 que, embora a grande quantidade de igrejas ainda domine a paisagem urbana, vários prédios civis de maior porte foram incorporados ao cenário da cidade: a nova Santa Casa de Misericórdia, construída por Domingos Monteiro, Joaquim Cândido Guillobel e José Maria Jacinto Rabelo, de 1840 a 1852; o Teatro São Pedro de Alcântara; o Teatro São Januário; os Correios; a segunda Praça do Comércio, construída por Grandjean de Montigny; o Mercado; a Escola Militar, projeto de Pierre Joseph Pézérat de 1826; o Hotel Pharoux; além dos já mencionados prédios situados no Campo de Santana. Outras construções civis poderiam ser incluídas neste mapa, pois seguramente são anteriores a 1852, como a Academia Imperial de Belas Artes e o Mercado de Peixe, ambos de Grandjean de Montigny.

Nestes novos prédios civis, desenvolve-se uma arquitetura neoclássica, em grande parte devida à atuação da Academia Imperial de Belas Artes e de

Grandjean de Montigny, seu catedrático de Arquitetura de 1826, quando a Academia foi inaugurada, até 1850, ano de sua morte. Mas não se deve esquecer que a nossa arquitetura civil, desde o período colonial, sempre guardara um tom mais austero e despojado, nunca acompanhando a arquitetura religiosa na formulação de um estilo exuberantemente barroco ou rococó.

Por outro lado, as igrejas, que continuaram sendo construídas em grande número ao longo de todo o século XIX, preservam ainda uma linha de continuidade com os estilos do século XVIII, o Barroco e sobretudo o Rococó, embora já tivessem incorporado, desde o final do XVIII, um acento mais classicizante.

Permanência e mudança no urbanismo e na arquitetura do século XIX

A conclusão a que se chega é que, ao contrário do que normalmente se afirma, não houve propriamente um conflito entre o Barroco/Rococó, de herança colonial, e o Neoclassicismo, como um gosto novo afirmado como estilo oficial, na arquitetura brasileira do século XIX. Há, sim, uma convivência - acredito que até bastante pacífica, pelo menos do ponto de vista dos usuários e da maior parte dos técnicos - entre essas linguagens, ficando cada uma delas associada a programas arquitetônicos diferenciados.

Assim, nos prédios religiosos, persiste a prática barroco/rococó, já incorporando uma feição neoclassicizante; trata-se de uma linha de continuidade da própria sociedade brasileira, prolongamento de toda uma série de hábitos e comportamentos dos tempos coloniais. A maioria dessas igrejas pertence às irmandades - confrarias religiosas laicas, que desde o século XVIII suplantavam a importância anterior das ordens conventuais tradicionais. Representando os diversos segmentos sociais, seja por organização profissional ou por diferenciação econômica e racial, as irmandades continuaram no século XIX desempenhando um papel primordial no universo de convívio social, numa sociedade que, afinal, continuava estruturalmente a mesma. O poder do Estado ou qualquer outra instância de organização social tem ainda, naquele momento, pouca visibilidade no cotidiano da cidade. Quem realmente domina a cena social são ainda as irmandades: os nascimentos, as mortes, os casamentos, as tarefas assistenciais, os cuidados aos doentes - enfim, toda a mescla de ocorrências e vicissitudes de que é feita a vida - estão inscritos no espaço de atuação das irmandades. Assim, embora não se possa falar mais, como se falaria em relação ao nosso universo colonial, da prioridade simbólica absoluta da instância religiosa, é preciso deixar claro que ela continua ainda fortemente majoritária no século XIX.

A presença dominante da Igreja no cotidiano brasileiro do século XIX, mesmo na cidade capital do Império, é bastante visível em praticamente toda a literatura da época, mas aqui tomaremos apenas um exemplo, o *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. A história de Bentinho e Capitu é narrada a partir da adolescência de ambos, no ano de 1857, nas casas vizinhas da Rua Matacavalos, hoje Riachuelo, "além da dos Inválidos, perto da do Senado".⁽²²⁾ Na casa da mãe de Bentinho, D. Glória, a religiosidade de todos, as visitas freqüentes do Padre Cabral, a própria promessa de enviar Bentinho ao seminário para fazê-lo padre - tudo remete à prioridade da religião ou das referências religiosas no convívio dentro e fora da casa da família. A maneira como a exteriorização da religião concretiza uma hierarquização sutil da sociedade fica bem visível no episódio na Igreja de Santo Antônio dos Pobres, em que o agregado José Dias e o vizinho Pádua, pai de Capitu, disputam o privilégio de carregar uma das varas de pálio, que acompanharia a saída do Santíssimo à rua para a visita de um enfermo:

"Pádua, apesar do medo que tinha do outro, teimava em querer a vara, tudo isto em voz baixa e surda. O sacerdote achou meio de conciliar a rivalidade, tomando a si obter de um dos outros seguradores do pálio que cedesse a vara ao Pádua, conhecido na paróquia, como José Dias. Assim fez; mas José Dias transtornou ainda esta combinação. Não, uma vez que tínhamos outra vara disponí-

vel, pedia-me para mim, "jovem seminarista", a quem esta distinção cabia mais diretamente. Pádua ficou pálido, como as tochas. . .

Pela minha parte, quis ceder-lhe a vara; lembrou-me que ele costumava acompanhar o Santíssimo Sacramento aos moribundos, levando uma tocha, mas que a última vez conseguira uma vara do pálio. A distinção especial do pálio vinha de cobrir o vigário e o sacramento; para a tocha qualquer pessoa servia. Foi ele mesmo que me contou e explicou isto, cheio de glória pia e risonha. Assim fica entendido o alvoroço com que entrara na igreja; era a segunda vez do pálio, tanto que cuidou de ir pedi-lo. E nada! E tornara à tocha comum, outra vez a interinidade interrompida; o administrador regressava ao antigo cargo. . . Quis ceder-lhe a vara; o agregado tolheu-me esse ato de generosidade, e pediu ao sacristão que nos pusesse, a ele e a mim, com as duas varas na frente, rompendo a marcha do pálio".⁽²³⁾

Contrastando com essa presença dominante das referências religiosas, que se estendem por todo livro, há pouquíssimas indicações de prédios administrativos ou mesmo de pontos de inserção da presença do Estado na narrativa dos personagens: ao Imperador, por exemplo, só há uma referência - é quando Bentinho, ainda acompanhado por José Dias, encontra na rua com o coche imperial:

"Em caminho encontramos o Imperador, que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desceram à rua e tiraram o chapéu, até que o coche imperial passasse".⁽²⁴⁾

(22) ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s. d., p. 152.

(23) ASSIS, M. (s. d.) pp. 84-85.

(24) ASSIS, M. (s. d.) p. 82.

Se a arquitetura religiosa continuava praticamente a mesma do século anterior, os prédios civis continuaram também fiéis a uma tradição de despojamento que vinha dos tempos coloniais. A preferência por volumetrias simples e por planos íntegros será agora acrescida por um vocabulário mais ortodoxo, tirado dos cânones neoclássicos. Não há, assim, nenhum "abismo formal" separando, por exemplo, o Paço da Praça XV, construído como Casa dos Governadores, segundo projeto do Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, durante mandato de Gomes Freire de Andrade, e os prédios civis que surgem nesta primeira metade do século XIX.

Desta maneira, pode-se chegar a duas premissas importantes para lidar com a arquitetura brasileira do século XIX. A primeira dessas premissas diz respeito a uma nova maneira de abordar o século XIX. Em vez de encará-lo como uma rígida ruptura em relação ao século anterior ou como simples passagem para o século seguinte, ou então ficar insistindo nas oposições Rococó x Neoclassicismo ou então Neoclassicismo x Ecletismo, acredito que seja muito mais proveitoso visualizá-lo como um período histórico próprio, em que permanência e mudança se colocam com igual ênfase. Tanto perduram as formas coloniais que não têm aí neste momento, como terão mais tarde na virada para o século XX, nenhuma conotação negativa, quanto são absorvidos novos vocabulários formais - primeiro e em

maior grau o Neoclassicismo; um pouco mais tarde e em grau bem menor os outros revivalismos; mais para o final do século, o Ecletismo e o Art Nouveau. A absorção dos estilos historicistas, assim como do Art Nouveau, nada tem de ideológico - como ocorreu na Europa, com alguns desses movimentos, sobretudo o Neogótico (seja por motivos morais, como em Pugin, seja por motivos técnicos, como em Viollet-le-Duc). Aqui no Brasil, como na maioria dos casos também na Europa, a escolha dos estilos é tipológica: acredita-se que determinados estilos adequam-se melhor a determinados programas, em geral apoiando-se no uso de alguns protótipos de aceitação generalizada. Assim, cabe melhor aos prédios públicos o estilo neoclássico ou neorenascentista; aos prédios militares ou com funções de fiscalização correspondem os estilos medievais; pode inclusive ser possível que nesta época o Barroco/Rococó tenha sido visto como um estilo próprio para igrejas - uma vez que essa era a nossa tradição arquitetônica. Visto dessa maneira, fica mais fácil entender o imenso investimento que foi feito na cidade em obras para concluir inúmeras igrejas começadas no final do século anterior e para iniciar outras tantas. Quase todas as igrejas que existem ainda hoje no centro do Rio de Janeiro, ou foram terminadas no século XIX, ou são integralmente obra do século XIX; no entanto, via de regra, elas são totalmente excluídas dos capítulos que se dedicam ao estudo da arquitetura do sécu-

lo XIX, sendo citadas, em geral muito de passagem, nas últimas linhas dos capítulos referentes à arte colonial, como seu prolongamento pelo século seguinte, quase que um verdadeiro anacronismo. Por outro lado, como arquitetura do século XIX apresentam-se geralmente algumas poucas obras, em geral prédios civis neoclássicos que, apesar de realmente importantíssimos, representam, na verdade, uma parcela daquilo que a época produziu como um todo.

A segunda premissa diz respeito à compreensão de que o estudo da arquitetura do século XIX dificilmente poderá progredir sem estar articulado aos estudos urbanos. Os impasses dos estilos, a tentativa de conciliação entre tradição e mudança, a necessidade de modernização tecnológica, o uso da ornamentação como escritura significativa - tudo isto pode ser bem avaliado quando se percebe que esta arquitetura "serve" a uma cidade em profundo processo de mutação. Logicamente nas cidades brasileiras as transformações não tinham, nem a extensão, nem a velocidade das que ocorriam na mesma época nas cidades européias, mas seguramente as cidades maiores e principalmente as capitais, como o Rio de Janeiro, estavam vivendo um processo intenso de expansão e diferenciação urbanas, com conseqüências imediatas: a problematização de sua centralidade a demanda de novos prédios públicos, com novas finalidades e projetados em novas es-

calas; a ocupação dos bairros periféricos, com novas possibilidades de tamanhos de lotes; uma nova relação com a natureza, consubstanciada na presença crescente dos jardins; a implantação progressiva de meios de transporte coletivo, até chegar ao uso sincrônico de bondes e trens na década de 70; a crescente transformação do usuário destas cidades - transformação não apenas de hábitos, mas também de percepção. É, portanto, sobre esta cidade oitocentista, vivenciando de forma cada vez mais contundente o impacto da modernização, que deve ser entendida a arquitetura do século XIX em toda a sua pluralidade.

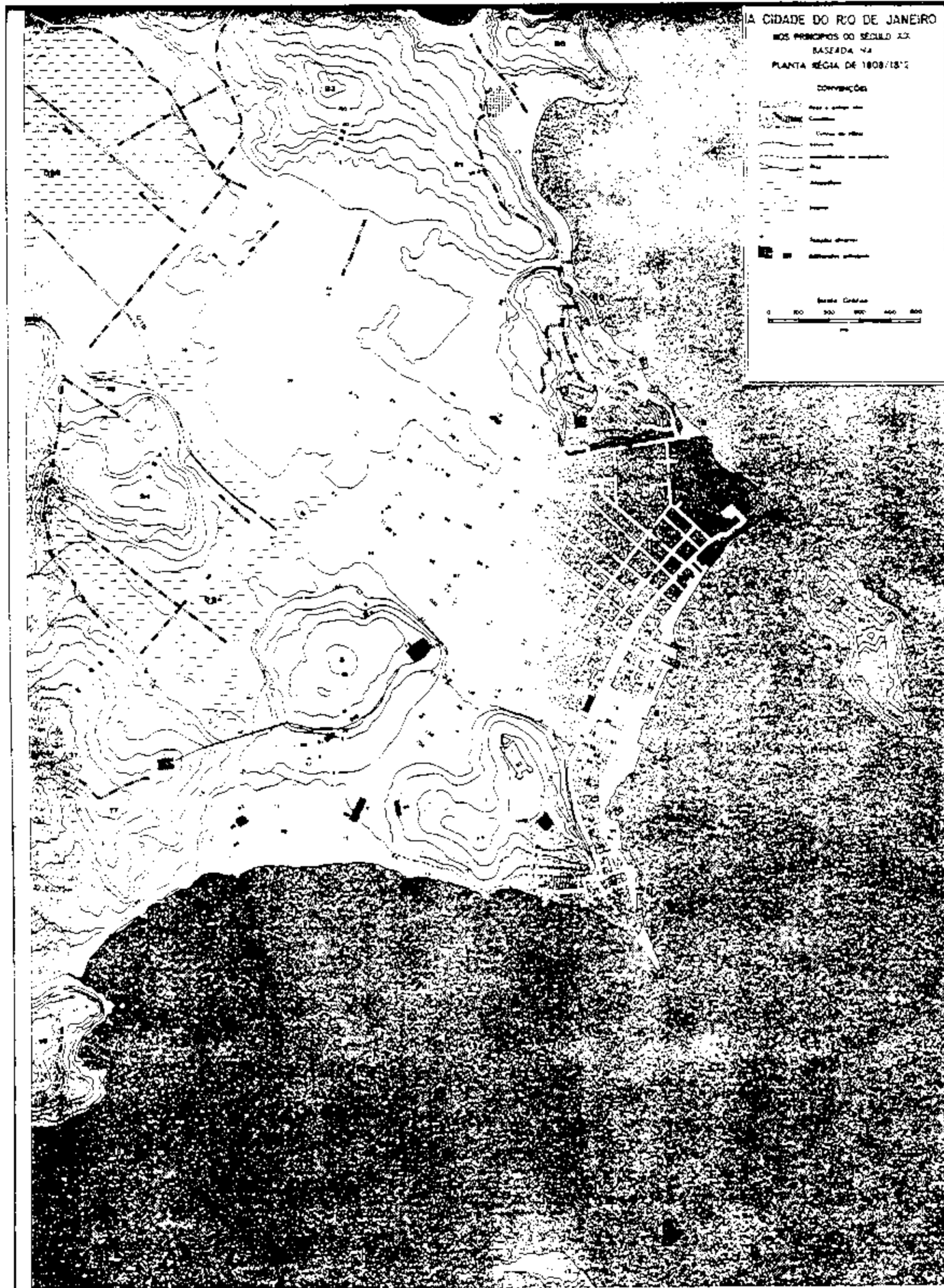


FIG. 1 - A cidade do Rio de Janeiro em princípios do século XIX (baseada na planta régia de 1808/1821). In: BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1565-1965*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965, prancha 14.

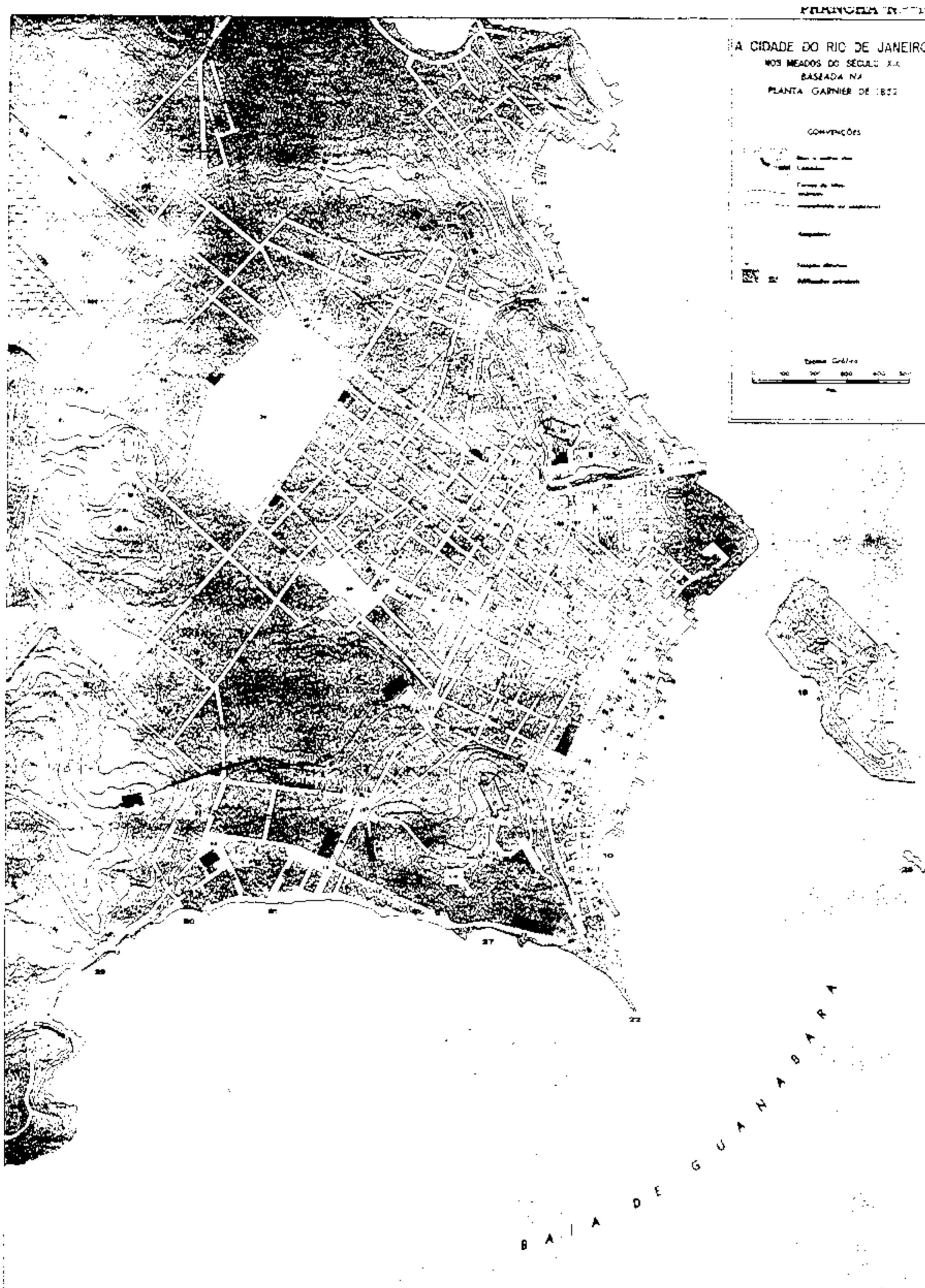


FIG. 2 - A cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX (baseada na planta Garnier de 1852). In: BARREIROS, E. C. (1965), prancha 16.